



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 14 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**Processo n.º 0003141-86.2022.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123 Telefone (27) 2121-8500

CONTRATADA: SC2 SHOPPING MESTRE ÁLVARO LTDA CNPJ: 10.141.735/0001-99**Endereço:** Av. João Palácio, 300, Bairro Eurico Salles, Serra/ES 29.160-161 Telefones: (27) 3211-0214 / 99279-3456 email: aribeiro@sacavalcante.com.br**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Locação de imóvel não residencial situado à Avenida João Palácios, nº 300, Eurico Salles, Serra/ES, CEP 29.160-161 – Shopping Mestre Álvaro, com área de 550,00 m², para fins de realização dos procedimentos relativos à Auditoria de Urnas Eletrônicas para as Eleições de 2022.

§1º. Do Fundamento Legal

A presente contratação tem fundamentação legal no art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666/93 e nas disposições da Lei nº 8.245/91 e e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 19/08/2022.

§2º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

§3º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de *e-mail*.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS DO LOCATÁRIO

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do Locador;

b) Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

c) Realizar imediatamente reparação dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações, provocados pelos prepostos do Locatário;

d) Eximir-se de modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do Locador;

e) Efetuar o pagamento ao Locador, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

a) Entregar ao Locatário o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, com todas as taxas e impostos quitados até a data do início da locação e com toda a documentação em dia;

b) Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

c) Arcar com os custos referentes ao consumo de água e energia, taxas de IPTU e condomínio e demais taxas ou tributos que incidam sobre o imóvel;

d) Disponibilizar 01 link de internet com no mínimo 100MB;

e) Disponibilizar 25 (vinte e cinco) tomadas aterradas nos locais a serem indicados pelo Locatário.

CLÁUSULA QUARTA – DAS BENFEITORIAS

As benfeitorias necessárias, introduzidas pelo Locatário, ainda que não autorizadas pelo Locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o direito de retenção.

Parágrafo Único

As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo Locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Locatário pagará ao Locador o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pela locação no 1º turno das Eleições e de R\$ 3.000,00 (três mil reais) pela locação no 2º turno das Eleições, se houver, referente aos serviços efetivamente prestados, mediante depósito na sua conta bancária, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro

O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 23.000,00** (vinte e três mil reais).

Parágrafo Segundo

A guia de depósito bancário autenticada corresponde ao recibo de quitação de aluguel.

Parágrafo Terceiro

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = 6/100/365$ $I = 0,0001643$ Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

a) 1º período de locação: de 26/09 a 10/10/2022;

b) 2º período de locação, condicionado à efetiva ocorrência de segundo turno nas eleições: de 24/10 a 07/11/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento deste Tribunal Regional Eleitoral:

AÇÃO: 02.061.0033.4269.0001 – Pleitos Eleitorais

339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenho nº 2022NE000351, de 02/09/2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Constituem motivos de rescisão contratual os elencados no art. 9º da Lei n.º 8.245/91, bem como os enumerados nos arts. 78, 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir questões derivadas desta Carta-contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes:

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº ***.280.887-**

Pela Contratada: EDGAR VINICIUS GUERRA, CPF ***.337.090-** e ALLAN COSTA FERNANDES, CPF Nº ***.059.087-**

Em 05 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ALLAN COSTA FERNANDES**, Usuário Externo, em 05/09/2022, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO**, Diretor Geral, em 05/09/2022, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDGAR VINÍCIUS GUERRA**, Usuário Externo, em 05/09/2022, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0803901** e o código CRC **7427719E**.

0003141-86.2022.6.08.8000

0803901v3

Criado por [LETICIA.WERNECK](#), versão 3 por [LETICIA.WERNECK](#) em 05/09/2022 13:05:40.